

ASPECTOS MÉDICOS, BIOÉTICOS E JURÍDICOS DA REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA *POST MORTEM* E O DIREITO DAS SUCESSÕES.



Leonardo Stoll de Moraes,
Márcia Santana Fernandes



INTRODUÇÃO

No ano de 2011, teve-se notícia do primeiro bebê brasileiro nascido por meio da técnica de Reprodução Humana Assistida com uso de material genético, coletado previamente e utilizado de forma *post mortem*. A possibilidade de uma reprodução póstuma tornou-se possível devido ao aprimoramento científico e tecnológico no campo da reprodução humana. Este desenvolvimento acarreta uma contínua reflexão sobre a adequação ética e legal de seu uso.

OBJETIVO

Avaliar as repercussões ética e legais da realização de Reprodução Humana Assistida (RHA) *post mortem*, especialmente no Direito das Sucessões.

RESULTADOS

Localizaram-se no Sistema PUBMED 16.993 artigos com a palavra-chave: “Assisted Reproduction”, 16.353 com a palavra-chave: “Post Mortem”, 361.923 com a palavra-chave: “Law (Figura 2 – Organograma 1).

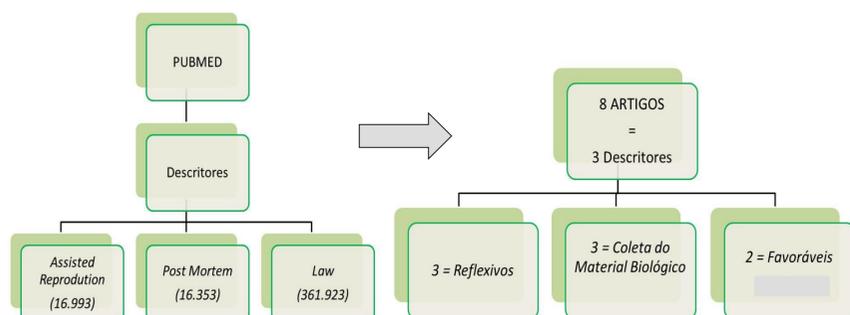


Figura 2 – Organograma 1

Figura 3 – Organograma 2



Figura 4 – Organograma 3

Com as três palavras-chaves encontrou-se 8 artigos. Identificou-se 8 artigos no Sistema PUBMED (3 = apenas reflexivos; 3 = Abordam a coleta de material biológico de paciente já morto; 2 = Favoráveis a prática de RHA *post mortem* e ao Direito das Sucessões (Figura 3 – Organograma 2). Dos 45 textos brasileiros diversos, 27 doutrinas foram passíveis de classificação entre favoráveis e desfavoráveis à sua realização (Figura 4 – Organograma 3).

CONCLUSÃO

Os aspectos éticos e legais foram discutidos em vários textos revisados. Em dois, dos oito artigos publicados, a manifestação foi favorável. Em 27 dos 45 textos brasileiros foi possível identificar alguma posição legal favorável ou desfavorável ao tema. Contudo, a principal constatação foi a verificação de que o artigo 1.798 do Código Civil não contempla a concepção *post mortem*, o que pode ocasionar problemas relacionados à insegurança jurídica e à capacidade sucessória do filho advindo por meio de RHA *post mortem*.

MÉTODO

Foi realizada uma Revisão Sistemática de fontes bibliográficas do Sistema PUBMED, utilizando as palavras-chaves: “Assisted Reproduction”, “Post Mortem” e “Law”. Além disto, foram utilizadas fontes complementares (textos, livros e pareceres jurídicos) e documentos normativos escolhidos por conveniência. Os dados foram avaliados de modo qualitativo, utilizando-se o Referencial Teórico da Bioética Complexa. A escolha de tal modelo promoveu uma reflexão interdisciplinar do problema (aspectos médicos, bioéticos e jurídicos).

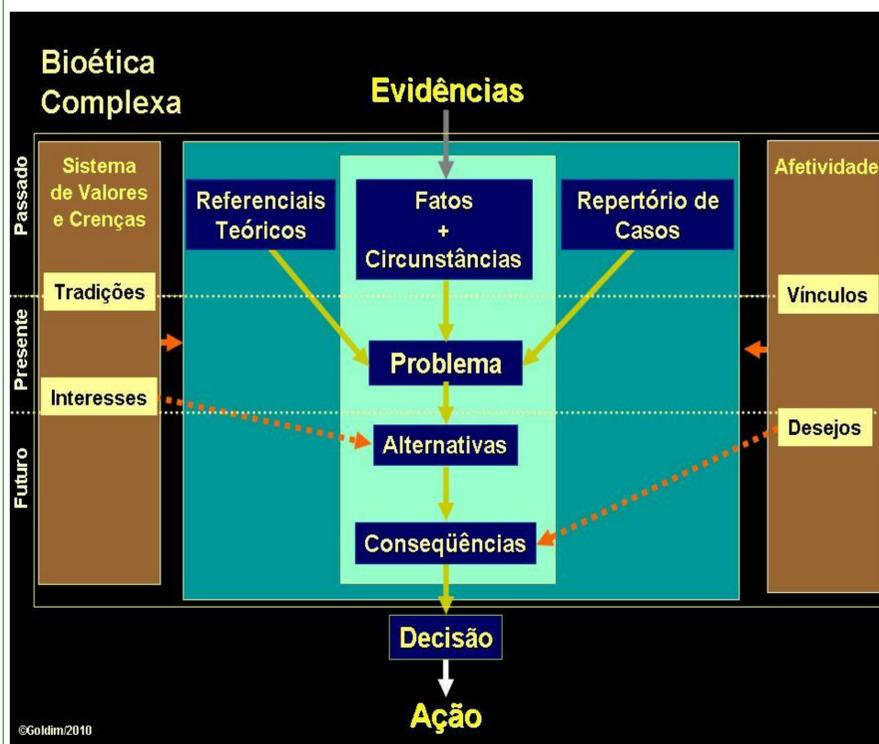


Figura 1 – Modelo de Bioética Complexa

REFERÊNCIAS

GOLDIM, J.R. “Bioética: origens e complexidade”. Revista HCPA, 2006; 26(2): 86 – 92.

FERNANDES, Márcia Fernandes. **Uma Abordagem Jurídica e Bioética sobre as Patentes Envolvendo Células-Tronco Humanas**. In: Bioética e responsabilidade. Organizadoras: Judith Martins-Costa, Letícia Ludwig Möller; autores Cristiane Avancini Alves...[et al]. – Rio de Janeiro: Forense, 2009.

ALVES, Cristiane Avancini. “Aspectos Da Doação De Embriões Humanos No Cenário Brasileiro”. In: Revista Trimestral De Direito Civil – Rtdc, Rio De Janeiro, Editora Padma Ltda, Ano 13, Vol. 49, P. 69 – 100.

